

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

CRISREINY MARQUES LEÃO OLIVEIRA

A DESONRA DO TRABALHO DOCENTE FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19

UBERLÂNDIA

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

CRISREINY MARQUES LEÃO OLIVEIRA

A DESONRA DO TRABALHO DOCENTE FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentada à Faculdade de Educação no curso de Pedagogia à distância da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof^o Dr^o Robson Luiz de França

UBERLÂNDIA

2021

A DESONRA DO TRABALHO DOCENTE FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentada à Faculdade de Educação no curso de
Pedagogia à distância da Universidade Federal de
Uberlândia (UFU), como requisito parcial para a
obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof^o Dr^o Robson Luiz de França

Uberlândia, ____ de Novembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o

Prof^o

Prof^o

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me dar forças para chegar até aqui, ultrapassando todos os obstáculos que encontrei durante o curso. Agradeço a minha mãe Fátima, uma grande pessoa em minha vida, que me ajudou muito, me apoiou em tempos difíceis, me ajudando com meu filho para a realização das provas. A minha família, meu marido Sandro e meu filho Thales, que me incentivaram quando pensei em desistir várias vezes, me dando ânimo, encorajamento.

Agradeço a algumas amigas que também me ajudaram em toda a minha trajetória: Andressa Ívila, Luciana, Vanilda e Ana Carolina que formei uma parceria e amizade que pretendo levar para vida.

Agradeço ao professor e orientador Robson Luiz de França pela orientação, apoio e confiança. Agradeço também a minha tutora Silvani pela paciência, apoio, incentivo que meu deu durante todo o curso.

A todos aqueles que conviveram ao longo desses quatro últimos anos, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho e que exerceram uma grande influencia na minha formação.

RESUMO

O presente trabalho dedica-se a fazer uma revisão bibliográfica a cerca da precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. As maiores dificuldades são em relação às condições materiais de estudantes de diferentes idades, muitas em condição de precariedade econômica e psíquica e em relação às condições de trabalho às quais docentes são submetidas (os) ao assumirem a responsabilidade de um modelo desconhecido de ensino. Além disso, na maioria dos trabalhos há relatos de docentes que se viram trabalhando dentro de casa, realizando atividades que antes não faziam parte de sua rotina e, além de trabalharem virtualmente, precisam prestar assistência às (aos) filhas (os) que estudam virtualmente no mesmo formato e, muitas vezes, no mesmo horário. O foco de atenção no modelo de ensino remoto tem se mostrado perturbador, pois está acentuando as desigualdades e as exclusões sociais aumentando cada vez mais. É uma lógica perversa e opressora, haja vista que a burocratização tem avolumado no cotidiano das (os) profissionais da educação.

Palavras-chaves: trabalho docente, precarização, pandemia, precarização do trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO-----	7
2. MEMORIAL-----	8
3. OBJETIVOS-----	10
3.1 OBJETIVO GERAL-----	10
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS-----	10
4. METODOLOGIA-----	10
5. DESENVOLVIMENTO-----	11
5.1.FICHAMENTO DO ARTIGO: “O trabalho em tempos de reestruturação produtiva”-----	11
5.2.FICHAMENTO DO ARTIGO: “Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador”-----	13
5.3.FICHAMENTO DO ARTIGO: “Trabalho e precarização numa ordem neoliberal”- 15	
5.4.FICHAMENTO DO ARTIGO: “A atual problemática do trabalhador frente à globalização: desafios e impasses para afirmação dos direitos sociais”-----	17
5.5.FICHAMENTO DO ARTIGO: “A categoria do trabalho como questão central na sociedade capitalista atual: uma análise do trabalho à luz da teoria marxista”. ---	18
5.6.FICHAMENTO DO ARTIGO: “Flexibilização e Intensificação laboral: manifestações da precarização do trabalhador e suas consequências para o trabalhador”. -----	20
5.7.O TRABALHO DOCENTE FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19-----	22
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	24
7. REFERÊNCIAS-----	24

1. INTRODUÇÃO

Meu Trabalho de Conclusão do Curso traz o tema “A Desonra do Trabalho Docente Frente à Pandemia da Covid-19”. A princípio conto um pouco da minha trajetória pessoal, acadêmica, profissional por meio de um memorial. Após isso o trabalho dedica-se a fazer uma revisão bibliográfica de seis artigos a cerca do trabalho precario docente. A partir desta revisão passo a fazer uma articulação com o tema.

Os artigos trazem o ponto de vista de autores que apresentam aspectos caracterizadores da precarização e suas consequências para o trabalhador. As formas de precarização são cada vez mais aumentadas e acabam por destruir todos os direitos dos trabalhadores que foram conquistados com bastante luta e movimentos sociais ao longo de anos. No mundo globalizado, as lutas ganham um novo alvo, passam a vigorar a questão da oportunidade de trabalho, e não melhores condições de salário. O resultado dessa globalização é a nova flexibilização dos direitos trabalhistas, o que acontece é que as garantias sociais e os custos são reduzidos, há uma gradativa exploração do trabalhador em função de uma maior intensidade de trabalho, os ganhos salariais são reduzidos, e o resultado é a precarização repercutindo na estrutura social dos trabalhadores.

Nessa nova sociedade os trabalhadores passam a ser tornarem competitivos, pois os empregos tornam-se escassos, devido às inovações tecnológicas, intensificação dos métodos de eficiência e produtividade. E as consequências dessa nova sociedade, dessas inovações são aumento do desemprego, aumento da pobreza, ausência de amparo do Estado na provisão de recursos, sem contar nos sintomas de novas doenças ocupacionais que não são tão aceitas como a insônia, medo, insegurança, depressão, ataques de pânico, entre outras.

E a docência não fica de fora dessas estatísticas, ou dessas condições tão perturbadoras. Nesse período pandêmico, ficou evidente o quanto os docentes trabalham em condições precárias em sentido econômico e psíquico. Muitos se viram diante de uma realidade totalmente desconfortante, onde teve que se adaptar a rotina de trabalho dentro de seus lares, com o cuidado com a família, e essa nova rotina muitas vezes extrapolava o horário de trabalho. Sem contar que muitos docentes não tinham facilidade em lidar com a tecnologia e nem aparatos tecnológicos. O resultado foi uma grande frustração.

2. MEMORIAL

O presente memorial tem por objetivo descrever a minha trajetória pessoal e educacional, destacando tanto atividades que eu já desenvolvi no passado quanto as que eu realizo atualmente, bem como relatar minhas perspectivas de estudo em relação a este curso de licenciatura em Pedagogia à distância.

Meu nome é Crisreiny Marques Leão Oliveira, nasci em Uberlândia no dia nove do mês de junho no ano de mil novecentos e oitenta e três, no hospital Santa Catarina. Sou filha mais velha de Márcio Marques Leão e Fátima Marques de Moura (falecida). Tenho duas irmãs mais novas que eu. Sou casada desde o ano de dois mil e oito, com Sandro Carvalho Oliveira, e em dois mil e onze, tivemos nosso filho Thales Marques Leão Oliveira. Não tenho muitas recordações dos lugares que morei quando criança, não me lembro de minha mãe falar a localidade de onde morava quando nasci. Sei que moramos em várias casas, pois morávamos de aluguel, até a última casa que morei antes de casar, que esta era casa própria. Esta casa que morei, antes de me casar, meus pais construíram com muita dificuldade, devido às condições financeiras.

Comecei a trabalhar com quinze anos, como babá. Estudava no período da manhã, fazia o ensino Médio, e a tarde olhava uma criança. Lembro-me que quando fui dispensada passei muito mal, com febre alta porque tinha me apegado muito à criança que cuidava, minha mãe até falou que não era pra trabalhar mais como babá por causa disso. Depois disso trabalhei como diarista, também meio período. Quando acabei o ensino Médio, fiz um teste pra trabalhar na ACS_ empresa de telecomunicação_ onde fiquei apenas três meses, por não suportar a pressão dos clientes no atendimento. Voltei a trabalhar com babá meio período, e

no outro estudando para prestar o concurso da prefeitura. A área do concurso escolhida foi educadora infantil, na época tinha a nomenclatura 'auxiliar de creche'.

Quando terminei o ensino Médio não tinha noção do que queria fazer profissionalmente. Tanto que na época existia o PAIES, fiz a primeira prova, não me saí bem. Quando estava no primeiro ano do ensino Médio eu fazia curso de informática, por causa disso queria seguir carreira na área. Mas vida tomou outros rumos, e hoje faço pedagogia. Mas voltando ao concurso, passei, mas não com uma boa classificação, e não demorou muito a prefeitura me chamou pra assinar contrato. Trabalhei dois anos de contrato em quatro escolas diferentes de educação infantil antes da escola que trabalho atualmente. Depois tomei posse, efetivei. Na época que entrei na prefeitura a carga horária de trabalho eram trinta horas semanais, seis horas por dia. Mas depois de algumas lutas, a nossa nomenclatura mudou, e nossa carga horária diminuiu para cinco horas diárias, ou vinte e cinco horas semanais.

Até então não pensava em fazer o curso de pedagogia, pensei em várias opções antes desse curso. O último em mente era Assistência Social, uma área que gosto muito. Demorei a tomar a decisão, porque nesse meio tempo casei, tive filho, e optei por cuidar dele até uma fase que não dependesse tanto de mim. Até que surgiu a oportunidade do curso à distância, foi ideal, pois não podia deixar meu trabalho, e principalmente o cuidado com a família. A escolha do curso se deu devido ao meu trabalho, amo o que faço socializar com crianças. E agora ter graduação é uma exigência para os próximos concursos nessa área. Não sei ainda se quando me formar serei professora dos anos iniciais, terei que experimentar, pois minha paixão mesmo é a educação infantil. Atualmente trabalho no período da manhã, faço curso de pedagogia a distância e alguns trabalhos para complementar a renda familiar. Por exemplo, revendedora de peças de semi-joias e quando me procuram faço penteados. A opção do curso de pedagogia, além de gostar, foi também pela expectativa de uma melhora financeira.

Quando comecei a trabalhar como educadora há dezoito anos, tive algumas dificuldades. Era acostumada a cuidar de uma criança por vez, quando me deparei com uma sala com quinze a vinte quatro crianças, em alguns casos, de uma só vez. Sempre trabalhei com outras pessoas na sala, mas mesmo assim eram muito mais crianças do que eu estava acostumada. Passei por momentos tensos de adaptação. Um aspecto que tive muita dificuldade foi em relação à minha personalidade, ser muito retraída, sou muito tímida. E diversas vezes tive problemas com algumas mães, principalmente na entrada das crianças, quando tinha que recebe-las. Minha postura não passava segurança para as mães. Fui

orientada pela gestão da escola a melhorar esse aspecto. A princípio houve resistência da minha parte, mas hoje entendo o lado das mães, porque também sou. Aprendi a me colocar na mesma situação das mães, antes só via a criança em si, mas hoje entendo que faz muita diferença essa empatia para com a família, pois transparece para a criança, a confiança que passamos para os pais, reflete em seus filhos.

A questão da minha timidez é algo que tenho ainda que vencer. Trabalho com pessoas maravilhosas, mas mesmo depois de anos de convívio, ainda tenho vergonha de ações corriqueiras como contar uma história ou cantar para as crianças na frente delas. Mas avaliando minha trajetória profissionalmente, vejo que com o passar dos anos ganhei experiências, essas enriquecedoras, descobri aspectos de minha personalidade, adquiri habilidades manuais, artesanais, enfim me tornei a profissional que sou hoje. É claro que tenho muito que melhorar, o ser humano deve estar em constante transformação, devo continuar me esforçando na busca do aprimoramento.

3. OBJETIVO

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo desse trabalho é analisar como o trabalho do docente foi precário ou desonroso diante do período pandêmico da Covid-19, e que resultou em consequências até psicológicas para o profissional, e sem nenhum apoio, mas ao contrário um total descaso para com essa profissão.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar algumas teorias sobre o trabalho precário da profissão docente.
- Analisar a influência das condições de trabalho na saúde do profissional docente.
- Compreender através da visão dos professores sobre as suas condições de trabalho.
- Discutir as circunstâncias que denunciam as condições precárias da docência.

4. METODOLOGIA

Neste trabalho vou levantar uma relação de uma pesquisa bibliográfica dos principais autores que contem teorias sobre o trabalho precário da profissão docente. Vou fazer uma

análise desses artigos articulando ao tema do trabalho docente frente ao período pandêmico da Covid-19. Vou tentar detectar as condições precárias em sentido econômicas e psíquicas que resultam numa realidade desconfortante.

5. DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento deste trabalho faremos a fundamentação teórica que será realizada por meio de uma revisão bibliográfica de seis artigos a respeito da temática da precarização do trabalho.

5.1 FICHAMENTO DO ARTIGO: “O trabalho em tempos de reestruturação produtiva” - Caroline Maria Leal e Larissa Vieira Rêgo

O artigo “O trabalho em tempos de reestruturação produtiva” de Caroline Maria Leal e Larissa Vieira Rêgo trata-se de uma análise da situação do trabalho na sociedade brasileira.

Inicialmente as autoras definem o termo trabalho como “elemento central da sociabilidade humana e da sociedade capitalista”, propiciando ao homem o salto da forma meramente humana para um ser social. Em seguida, ao longo do texto, elas abordam as diferentes dimensões do trabalho no contexto do capitalismo até chegar ao cenário neoliberal dos anos 90.

As autoras retomam o pensamento marxista ao trazerem a definição do duplo trabalho para o filósofo utópico: concreto e abstrato. Segundo Marx, o trabalho concreto é a criação de valores-de-uso com a utilização da própria força física a fim de satisfazer as próprias necessidades e o trabalho concreto é a utilização da força de trabalho para produzir valores-de-troca, que é a produção do capital em si para o acúmulo de riquezas.

Com a globalização e o esgotamento do modelo de reestruturação do capital, o trabalho na sociedade capitalista foi tornando-se precário, pois, reduziu o contingente de trabalhadores no processo produtivo uma vez que com a inserção de novas tecnologias, aumentou-se a robotização e a automatização o que acarretou no aumento das taxas de desemprego.

Este novo modelo de produção burguês retira do trabalhador sua finalidade e seu produto já que este passa a ser produzido fora do sujeito, pelos defensores dos meios de produção. Além disso, reduz o trabalhador à prática de um trabalho alienante e ao mesmo tempo fundamental para sua sobrevivência.

Os modelos de gestão e controle do trabalho ao longo dos anos sofreram algumas mudanças para acompanhar a globalização. Inicialmente surge o modelo fordista-taylorista o qual promove o esmagamento do operariado ao escravizar o trabalhador pela máquina e difundir a produção em massa, a diminuição do esforço humano para se aumentar a produção, a redução de custos, a rotina e padronização das tarefas e a produção em série com a formação de estoques, características que em conjunto tornavam o trabalho especializado, repetitivo, monótono e alienado.

Esse modelo levou a produtividade a um crescimento exponencial, porém, falhou ao deixar o salário do trabalhador aquém nas proporções. Com isso, desembocou a crise de 1929 que foi solucionada com a implantação das ideias Keynesianas de intervenção estatal a fim de proporcionar políticas econômicas e sociais pra aumentar a capacidade de consumo dos trabalhadores, a concessão de benefícios aos trabalhadores e o pleno emprego. Essa fase se mantém até os anos 70 quando se inicia a derrocada do capital com o esgotamento desse modelo de produção, a hipertrofia do setor financeiro e a crise do modelo de bem-estar social baseado nas ideias de Keynes.

Surge então um novo modelo de gestão, o toyotismo, o qual é focado no avanço tecnológico, descentralização da administração e da produção, divisão do trabalho em equipes, produção flexível. Esse modelo modifica substancialmente a vida do trabalhador uma vez que as formas de contratação e o controle do trabalho foram muito modificados, levando a uma enorme migração do trabalho legal e formal para a informalidade, desemprego e outras formas marginais de superação da escassez de trabalho.

No cenário brasileiro esse novo modelo de gestão começou a ocorrer nos anos 90 quando os governos neoliberais se instalaram. Esta nova conjuntura levou a um aumento das taxas de desemprego e conseqüentemente da informalidade uma vez que as pessoas necessitam de uma forma de garantir seu sustento. Com isso, os indivíduos em condições de vulnerabilidade passam a se sujeitar em situações de péssimas qualidades e condições de trabalho, baixíssimos salários e instabilidade empregatícia já que não há nenhuma cobertura de seguridade ou qualquer direito trabalhista que possam ampará-los.

Dessa forma, observa-se no artigo o quão perverso são os efeitos da chamada reestruturação produtiva advinda do modelo neoliberal de política econômica. O trabalhador passa a viver em um modelo precário de trabalho em que se predomina o desemprego, os baixos salários, o aumento da pobreza e a ausência de amparo do Estado na provisão de recursos.

Por fim, a solução apresentada no artigo pelas autoras seria a construção de políticas públicas que assegurem os direitos dos trabalhadores, regulamentando as formas de trabalho, eliminando as suas formas precárias de existência e, ainda, criando oportunidades de trabalho dignas para a população.

5.2 FICHAMENTO DO ARTIGO: “Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador” - Marley Rosana Melo de Araújo e Kátia Regina Santos de Moraes

No artigo “Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador” das autoras Marley Rosana Melo de Araújo e Kátia Regina Santos de Moraes o trabalho é definido como determinante na manutenção da saúde do trabalhador, refletindo na sua posição socioeconômica, de socialização e conectividade social e de desenvolvimento de identidade e autoestima. Neste trabalho, o objetivo principal das autoras é apresentar os aspectos caracterizadores da precarização e suas consequências para o trabalhador.

Segundo as autoras, por meio do trabalho o indivíduo adquire cultura e valor econômico e isso é fundamental para seu desenvolvimento enquanto pessoa e também em sociedade, lhe concedendo saúde física e mental e lhe dando identidade enquanto sujeito em determinado espaço e tempo.

Porém, o trabalho pode ser prejudicial quando ele coloca o trabalhador exposto aos riscos sejam eles, físicos, químicos ou psicológicos ou ainda quando oferece salários insatisfatórios, privação material que os levam a uma posição socioeconômica desfavorecida pelo próprio sistema.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a precarização do trabalho tornou-se fato comum no novo cenário, levando os trabalhadores a situações de vulnerabilidade social. Observa-se que aqueles que possuem menores condições financeiras e seguridade social são os que ficam mais expostos às mudanças da legislação e menos favorecidos nos diversos segmentos de vida: saúde, educação, cultura, transporte e moradia.

Pode-se dizer que a precarização do trabalho é então uma consequência do novo modelo de mercado que permite flexibilizar as ofertas de emprego, a mão-de-obra, os contratos e a produção.

Com a Revolução Industrial e a mecanização do trabalho que se iniciou com o taylorismo e foi acentuada com o fordismo levou o trabalhador a não mais ter o controle do processo de produção, a ser substituído pela automação e inserido em uma prática de

diferentes modalidades de trabalho em termos contratuais, de jornada, de espaço, de estatutos, de estrutura de poder e nas relações trabalhistas. Toda essa mudança se deu a fim de alcançar melhor qualidade e produtividade e se adequar a nova ordem do capital e política econômica neoliberal.

Esse novo modelo de flexibilização do trabalho modificou tanto os locais de trabalho quanto a qualificação profissional. Apenas uma quantidade reduzida de funcionários bem qualificados são mantidos com a perspectiva de desenvolvimento pessoal e boas condições de trabalho. Conseqüentemente, com a redução da oferta de empregos estáveis, boa parte da mão de obra que excedeu o mercado formal migrou para a informalidade e passaram a viver à margem do que as normas trabalhistas preconizam como correto. Assim, segundo Costa e Tambellini (2009, p. 954), “os empregos precários já não resultam da ausência de crescimento econômico, mas são inerentes ao próprio modelo de crescimento”.

Outro fator que somado ao contexto de precarização contribui para piorar os índices já existentes é em relação à legislação social. As grandes empresas estão lutando pelo desmonte dessa legislação, pois, de acordo com eles, um trabalhador com segurança social, mercado de trabalho regulado e apoio de sindicatos, são obstáculos à competitividade. Com isso, ao flexibilizar essa legislação, as formas de precarização são cada vez mais aumentadas e acabam por destruir todos os direitos dos trabalhadores que foram conquistados com bastante luta e movimentos sociais ao longo de anos.

Pode-se dizer que a partir dos anos 90, com a inserção da política econômica neoliberal esse modelo de flexibilização e conseqüente precarização do trabalho consolidou e ampliou-se. Como houve um empobrecimento da sociedade brasileira marcado pela crise da moeda nacional, viveu-se um momento de muita insegurança, instabilidade, salários baixos e precariedade laboral ao mesmo tempo em que a legislação de proteção social também entrou em colapso, criando uma nova classe trabalhadora muito exposta aos riscos e vulnerabilidade, desprotegida legalmente, com baixos salários e com pouca probabilidade de recuperar a estabilidade social.

De acordo com Antunes (2008), “a precarização do trabalho tem caráter estrutural, sendo uma faceta da reestruturação produtiva e organizacional adotada por empresas que visam aumentar seus lucros, a partir do aumento de produtividade da mão-de-obra, ao passo em que se diminui a carga de direitos trabalhistas e o número de postos de trabalho para que haja mais indivíduos à procura de trabalho e dispostos a aceitar, sem contestação, condições precárias de contratação.”.

Ainda no artigo, as autoras relatam que com o aumento de trabalhadores que se encontram em situação de empregos precários houve um aumento proporcional de trabalhadores que se tornaram alienados de seus direitos, sujeitos às más condições de trabalho e doentes.

De acordo com algumas pesquisas feitas com trabalhadores, para eles, o emprego precarizado é aquele em que observam injustiças nas práticas de gestão, sobrecarga nos exercícios de suas atividades, falta de segurança para exercer suas tarefas, tudo isso prejudicando a saúde física e mental. Porém, é muito difícil associar as doenças à atividade laboral, pois elas assumem formas mais subjetivas de se apresentarem nos trabalhadores, ou seja, afirmar que insônia, obesidade, medo e insegurança são sintomas de trabalho precário ainda é pouco aceito como novas doenças ocupacionais.

Por fim, pode-se compreender que a busca por maior produtividade tem levado o trabalhador a condições precárias, intensificando seu trabalho, impondo metas absurdas, estendendo a jornada de trabalho, abusando de poder e criando um ambiente de trabalho inseguro e nocivo, sem mínimas condições físicas e morais para o trabalho humano. A implementação de políticas pessoais para um melhor trabalho em equipe e uma melhor regulamentação dos direitos sociais e trabalhistas garantiriam cidadania e dignidade ao trabalhador e uma diminuição da precarização do trabalho.

5.3 FICHAMENTO DO ARTIGO: “Trabalho e precarização numa ordem neoliberal” - Ricardo Antunes

No artigo “Trabalho e precarização numa ordem neoliberal” de Ricardo Antunes, são apresentadas as transformações políticas econômicas e nas questões da reestruturação produtiva nas últimas duas décadas. Essas mudanças têm gerado um enorme precarização do trabalho, aumento as taxas de desemprego e uma péssima relação entre homem e natureza que na ânsia para aumentar a produção de mercadorias, destrói o meio ambiente.

A lógica do sistema de produção de mercadorias está criando uma sociedade de excluídos e precarizados uma vez que os modelos taylorista e fordista vêm sendo substituídos pelas formas flexíveis e desregulamentadas tais como o toyotismo e a acumulação flexível os quais prezam pela competitividade e ampla concorrência não se importando com as consequências destrutivas.

De acordo com Kruz, observa-se que “quanto mais se avança na competitividade intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial, maior é a desmontagem de inúmeros parques industriais”, e “esses ‘novos paraísos’ da industrialização utilizam-se intensamente das formas nefastas de precarização da classe trabalhadora.”.

Observam-se duas das mais ameaçadoras ocorrências no cenário atual: a destruição da força humana de trabalho e a degradação da natureza que é consequência de toda uma lógica capitalista de produção de mercadorias. Soma-se a isso a expansão do neoliberalismo que começa a ditar ordens de como os países capitalistas devem executar o sistema. Outro ponto que vale ressaltar é o fim do bloco socialista pós anos 70 e a consequente perda dos direitos sociais e trabalhistas que ocorreu concomitantemente com esse processo

Durante esse processo que se inicia com a expansão neoliberal ocorrem algumas tendências no processo de reestruturação produtiva. As formas de acumulação flexível de capital e o toyotismo surgem em substituição aos modelos tayloristas e fordistas de produção e esses sistemas têm como objetivo conquistar a adesão do trabalhador a fim de conseguirem êxito no projeto capitalista de mercado.

Nesse novo sistema predomina-se uma produção de acordo com a demanda de mercado, bastante variada e heterogênea de forma que o trabalho seja realizado em equipe com trabalhadores cada qual com sua função para se atingir um melhor aproveitamento do tempo de produção.

Esta fórmula capitalista gera graves consequências para o mundo do trabalho como: a redução do proletariado, a flexibilização dos contratos e o aumento do trabalho feminino e de crianças, ambos como forma de baratear os salários e tornar um trabalho precarizado e desregulamentado.

De acordo com Antunes, o novo cenário do mundo do trabalho se baseia em “uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros, etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho.”.

Dessa maneira, o artigo conclui que há uma série de fatores que em conjunto se tornam decisivos para afetar a classe trabalhadora neste momento de transformações do mundo produtivo dentro do universo do neoliberalismo.

5.4 FICHAMENTO DO ARTIGO: “A atual problemática do trabalhador frente à globalização: desafios e impasses para afirmação dos direitos sociais”

No artigo “A atual problemática do trabalhador frente à globalização: desafios e impasses para afirmação dos direitos sociais” escrito por Marcelo Alves Pereira Eufrásio é abordado o fenômeno da globalização em suas diferentes vertentes (econômica, política, social e cultural) e suas consequências para a sociedade globalizada, em que se observa crescente intensificação da fragilidade das relações humanas a partir da segregação e exclusão sociais, das garantias políticas e institucionais como a garantia à cidadania, além da substituição dos valores ético-filosóficos pelos valores mercadológicos.

A globalização se configura como um novo estágio na dinâmica capitalista de produção e organização do mundo instaurado após a efervescência do modelo de acumulação do capital (flexibilização da economia, das leis, das relações de trabalho, das relações de sociabilidade etc.). Porém, as mudanças do processo histórico capitalista não representaram mudanças reais do ponto de vista social, político ou econômico nas sociedades contemporâneas. Fato é que introduziram uma nova dinâmica das necessidades mercadológicas de acumulação flexível do capital as quais geraram uma liquidez dos valores políticos, jurídicos, culturais etc., das instituições e as relações sociais se moldando sob uma conjuntura moderna e globalizada (BAUMAN, 1999, 2000, 2006).

De acordo com Santos (2005), após década de 80, surgiu uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na globalização econômica proporcionada pelas forças empresariais multinacionais, se incrementa gradualmente uma nova economia mundial, dominada pelo sistema financeiro internacional em escala global, comandando os processos de produção flexível e multilocais, visando baixos custos nos transportes, desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação, desregulamentação das economias nacionais, sacralização das agências financeiras multilaterais e emergência do modelo capitalista das grandes transnacionais.

Com esse novo formato de estado globalizado e neoliberal, observa-se a liquefação do Estado, enquanto ente político-governamental, bem como das relações sociais e dos valores humanos. Conforme destacou Hall (1990) “as consequências deste processo globalizante é a fragilidade dos espaços de deliberação, negociação e articulação política que repercutem sensivelmente em elementos vitais para o funcionamento da sociedade, principalmente quando se insere a questão das relações de trabalho no mundo cada vez mais globalizado.”.

Dessa forma, com esse novo padrão mercadológico em que há uma subordinação do espaço econômico ao capital, o setor informal tornou-se um elemento necessário no contexto produtivo capitalista, uma vez que o trabalho informal depende da dinâmica capitalista e se torna necessário ao sistema.

Por fim, a globalização necessita de um debate sobre a questão da produção da acumulação de riquezas a partir de uma nova divisão internacional do trabalho, principalmente numa perspectiva de exclusão social, visto que na conjuntura atual não vingou a assistência governamental de garantia dos direitos sociais, particularmente a garantia dos direitos trabalhistas e sociais do operariado. Além disso, o autor sugere que alternativas surjam para superar as consequências de um modelo de sociedade globalizada, onde há uma crescente intensificação da fragilidade das relações humanas a partir da segregação e exclusão sociais, das garantias políticas e institucionais como a garantia à cidadania, além da substituição dos valores ético-filosóficos pelos valores mercadológicos.

5.5 FICHAMENTO DO ARTIGO: “A categoria do trabalho como questão central na sociedade capitalista atual: uma análise do trabalho à luz da teoria marxista.”- Eder da Costa Dion E José Ricardo Caetano Costa

O enfoque do texto de Eder da Costa Dion e José Ricardo Caetano Costa, foi demonstrar com base na teoria marxista que o trabalho ainda é a questão central da sociedade capitalista. O trabalho sempre foi um fator primordial na vida do ser humano enquanto indivíduo inserido numa sociedade, algo que desde sua origem foi necessário para se viver em um grupo a fim de vencer as adversidades presentes no dia a dia. O trabalho lhe proporcionava uma interação com a natureza. “KARL MARX tem a compreensão de que o ‘trabalho [...] é o esforço do homem para regular seu metabolismo com a natureza. [...] através do trabalho, o homem transforma-se a si mesmo’”. (FROHM, 2007, p.26).

A autoconsciência do homem só é atingida a partir da ação que se é construída, o homem no seu ato de reprodução objetivará aspectos inerentes às suas necessidades essenciais. De acordo com Eder e José Ricardo, o trabalho ‘será a fonte primária de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico da existência humana’.

KARL MARX diz que a condição dada à força do trabalho só pode ser consumida determinadamente, pois essa força só pode ser alienada pelo seu proprietário, ou seja, pelo

próprio homem, e por estar ligado ao seu próprio ser, ela ficará alienada por tempo determinado, caso o contrário o homem estaria renunciando sua propriedade. Essa força do trabalho, na época do sistema escravo, era uma mercadoria que não pertencia ao seu legítimo proprietário, ou seja, ao próprio homem, mas pertencia ao dono da terra e dos meios de produção. Mas no capitalismo, o homem tem que ser livre, e para isso ele associa o único bem que possui, sendo sua própria força de trabalho. No entanto ele só faz isso porque foi destituído dos meios de produção. Segundo os autores, o ‘trabalho é categoria essencial em sua vida, visto que é por meio dele que realiza o metabolismo com a natureza no sentido essencial da sua reprodução’. É a categoria central da sociedade, pois permite ao homem reconhecer a si mesmo como um animal social, que integra um sistema de relações.

Uma contradição apresentada no capitalismo, é que para ser proeminente, deve-se ceder espaço a classe dominada, no sentido de lutar, da conquista da classe trabalhadora, uma classe que buscou uma reação devida a não aceitação de sua condição oprimida, reagindo à calamidade, objetivando uma reprodução social. E essa proeminência imposta pela classe dominante não se dá em sua totalidade, de certa forma essa classe cede à classe dominada, mas atendendo aos seus interesses.

Houve muitos modelos de lutas pelo poder, como trabalho escravo, civilizações da antiga Grécia e Roma, servidão feudal, sistema capitalista, e em todos eles nunca foi pacífico o exercício de um poder dominante, sempre houve a luta de classes, e o Estado no meio dessas questões, a sociedade dividida entre os que possuíam poder e os que não possuíam. E o resultado dessas lutas, desses interesses predominantes é o Estado.

No mundo globalizado, as lutas ganham um novo alvo, passam a vigorar a questão da oportunidade de trabalho, e não melhores condições de salário. Por causa das inovações tecnológicas, estas visando atender o capitalismo, houve consequências no sentido da diminuição da mão de obra, redução dos postos de trabalho, qualificação dos próprios trabalhadores. O resultado dessa globalização é a nova flexibilização dos direitos trabalhistas, o que acontece é que as garantias sociais e os custos são reduzidos, há uma gradativa exploração do trabalhador em função de uma maior intensidade de trabalho, os ganhos salariais são reduzidos, e o resultado é a precarização repercutindo na estrutura social dos trabalhadores.

Mas não se deve culpar a globalização por si só como única responsável pelo aumento do desemprego ou pela precarização das relações de trabalho. O que acontece é que os próprios trabalhadores preferem garantir um emprego mesmo que precarizado, mas que os

salários deixarão a desejar, sendo indignos, pelo medo do desemprego. E transforma cada trabalhador num adversário.

E nessa nova era, a sociedade da automação, o homem passa a ficar a serviço da máquina, no entanto ele mesmo controla várias máquinas, se tornando assim especialista por toda a vida em servir uma máquina parcial. E nesse sistema de automação, apesar da facilitação do trabalho, o trabalhador não usa as condições de trabalho, mas sim as condições usa o trabalhador.

Bem pontuado pelos autores, o trabalhador hoje em dia vive o tempo todo com a perspectiva, com o medo do desemprego, e assim ele acaba aceitando algumas questões, como a qualificação multifuncional, a fim de garantir a manutenção desse emprego. Esse empregado acaba se tornando polivalente, possuindo um salário individualizado, que segundo LIANA MARIA DA FROTA CARLEIAL, “é uma prática que intenta associar o salário ao desempenho individual, às condições da firma e à conjuntura macroeconômica”. Nessa nova sociedade os trabalhadores passam a ser tornarem competitivos, pois os empregos tornam-se escassos, devido às inovações tecnológicas, intensificação dos métodos de eficiência e produtividade.

5.6 FICHAMENTO DO ARTIGO: “Flexibilização e Intensificação laboral: manifestações da precarização do trabalhador e suas consequências para o trabalhador.” - Camila Alves Lima, Edgla Maria Costa Barros e Cássio Adriano Braz de Aquino.

O trabalho é a atividade a partir do qual o ser humano modifica seu ambiente, mas não só de maneira ativa, o indivíduo também é afetado e modificado. Como salienta Navarro e Padilha (2007, p.14), o trabalho “[...] não é apenas meio de satisfação das necessidades básicas, é também fonte de identificação e de autoestima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade”. E Nardi (2006) salienta “que o mundo do trabalho passou a sofrer grandes transformações a partir da crise do fordismo”.

Bem comentado pelos autores as mudanças ocorridas nos anos setenta caracterizam-se por um grande salto tecnológico, pela automação dos processos produtivos e pela nova estrutura do trabalho no universo fabril. O modelo toyotista foi marcado, pela introdução da tecnologia, visando o aumento da produtividade, e da utilização da inteligência. Houve um

acúmulo de atividades, devido à redução de trabalhadores, pois esse modelo pregava que a empresa deveria ter o menos possível de funcionários, mas com almejo lucrativo. Por causa disso o desemprego ganhou ainda mais relevo, dentre as questões de vulnerabilidade social. Segundo Antunes (2000) houve desregulação e flexibilização do trabalho, dotando o capital de instrumental necessário para adequar-se à nova fase.

Mesmo que os números digam que o número de empregados houve elevação, no entanto, esses contratos correspondiam a um trabalho precarizado e incapaz de reverter à miséria social. O que se viu foi sim um aumento da desigualdade entre os trabalhadores e empregadores.

Mas esse trabalho precário não é fenômeno recente, acompanhou as transformações do mundo laboral. A precarização pode ser entendida como o processo crescente e generalizada de instabilidade, de flexibilização e de perda de garantias sociais, condições que caracterizam o trabalho precário. Assim os autores entenderam a precariedade como fenômeno e a precarização como um processo que atribuiu ao trabalho precário suas condições atuais: instabilidade, flexibilização e insegurança.

Questões como a perda da antiga estabilidade vivida pela sociedade salarial, o desemprego e a intensificação do trabalho foram algumas das mudanças mais significativas neste cenário socioeconômico para o trabalhador e a sociedade. Mesmo tendo uma representatividade a questão do avanço tecnológico, novas formas de exploração laboral criaram condições precárias de trabalho. O trabalhador perdeu a estabilidade e a segurança, enfraquecendo sua capacidade de revidar aos ditames do mercado de trabalho. O emprego tornou-se sinônimo de relações estáveis, duradouras enquanto o trabalho sendo visto como reverso.

Segundo os autores os empregos são vistos como um modelo de relação mais formalizada, enquanto o trabalho mais flexibilizado. O trabalho compreende uma atividade com jornadas mais flexíveis, os ganhos dependerão dos resultados, ou seja, da quantidade de trabalho, esforço e produtividade. O capital ditou os ditames da flexibilidade, como a possibilidade que o trabalhador teria de fazer o seu ritmo de trabalho, e seriam os responsáveis pelo valor que receberiam.

Segundo Lima (2007) “a informalidade torna-se funcional num quadro de flexibilidade no qual a relação capital-trabalho muda de configuração, pois as empresas tentam se livrar, cada vez mais, do ônus da força de trabalho”, ganhando assim a terceirização e a informalidade, um espaço neste panorama.

Os autores acreditam que a flexibilização caracteriza-se por uma falsa autonomia, pois ganhou adesão entre os trabalhadores devido à promessa de um controle pessoal do próprio horário de trabalho, contudo se revela como mais uma manifestação dissimulada da precarização laboral. Nesse novo sistema de flexibilização o trabalhador precisa dedicar mais tempo ao trabalho, ou trabalhar mais para aumentar os rendimentos. Outro aspecto que vem ganhando destaque neste contexto precarizado é a questão do desempenho avaliado, que não incide sobre o maquinário, mas sobre o trabalhador, em seus aspectos físicos, intelectuais e psíquicos.

A relação entre a intensificação e a estipulação de metas nas organizações é direta e penosa ao trabalhador, isso porque às vezes são estabelecidas metas inatingíveis, exigindo do trabalhador toda sua capacidade física, intelectual, emocional a fim de alcançar o objetivo proposto. Outra forma da intensificação ocorre com a redução dos tempos mortos durante a jornada, este foi nomeado por Marx para designar os momentos de não trabalho pertencentes à jornada laboral. E o capitalista irá então reduzir ao máximo esse tempo, com o objetivo do ganho na produtividade.

Foi ressaltado pelos autores que a desorganização da vida pessoal e submissão aos horários flexíveis impostos ao trabalhador, revela um lado sombrio e oculto da flexibilização que é propagada como algo positivo. Mesmo muitos trabalhadores percebendo os danos, eles aceitam as condições por causa da necessidade do emprego, e o medo de perder esse sustento.

Algo destacado por Dal Rosso (2008) foi o custo da intensificação do trabalho: desgastes físico, intelectual e emocional. As consequências negativas são percebidas por meio do estresse e acidentes no trabalho, entre outros. O trabalhador recebe uma pressão muito grande em cima do seu psicológico, com um discurso que ele deve vestir a camisa da empresa de quiser manter-se no emprego. De modo que a busca incessante pelo aumento da produtividade, a disputa pelo mercado entre a concorrência e o acréscimo financeiro são desencadeadores da deterioração das condições de trabalho.

Os autores neste artigo apresentaram a flexibilização e a intensificação, marcas do atual cenário laboral, como manifestações do processo de precarização do trabalho. O que é importante para o ser humano, necessário, acaba que também sendo algo que não lhe traz segurança diante das condições resultantes do capitalismo.

5.7 O TRABALHO DOCENTE FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19

Conforme Navarro e Padilha (2007, p.14) salienta o trabalho “é a fonte de identificação e de autoestima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade”. Já o trabalho docente constitui-se em um ato de ensinar, de instruir, de indicar, ou seja, é a ação com a intenção de educar. E o trabalho incluindo o docente, se tornou precário e não é de agora. Conforme salientado nos textos dos fichamentos acima, o mundo do trabalho começou a sofrer alterações quando o fordismo entrou em crise, isso aconteceu devido à chegada do salto tecnológico visando um aumento na produção. Com a crise do fordismo, entra em ascensão o toyotismo, que foi marcado pela diminuição da força dos trabalhadores, conseqüentemente o aumento do desemprego.

A partir daí surgiu um fenômeno chamado flexibilização. Aquino (2008) compreende flexibilização como:

“[...] descentralização das unidades de produção, substituição da força de trabalho pela utilização de novas tecnologias, subcontratação de obras e serviços, novas formas de organização do trabalho”. (AQUINO, 2008, p. 174).

Essa flexibilização gerou a precariedade trabalhista, ou seja, perdas das garantias trabalhistas, garantias sociais, assim o trabalhador agora não tem mais estabilidade de emprego, nem segurança, pois trabalha aceitando qualquer forma de trabalho, às vezes até disfunção de cargo com medo de a qualquer momento ficar desempregado.

O trabalho docente não passou ileso desse triste processo, embora a maioria da sociedade não enxergue assim, é muito mais do que apenas estar dentro de uma sala, ou de uma instituição escolar. A grande maioria se não todos os professores levam trabalho para o conforto de seus lares, fazendo com que a rotina de trabalho se estenda mais do que deveria. Muitos aceitam essa situação inóspita porque precisam do emprego, mesmo fazendo o que gostam.

E nesses dois últimos anos, essa realidade foi atípica, pois, além de já trabalhar em casa, o docente praticamente não se desligou do trabalho, isso porque queria fazer tudo ao mesmo tempo, dar aula, cuidar da casa, cuidar da família. Ouviu-se muitos professores questionarem o grande cansaço na realização da docência nesse período pandêmico, realmente as jornadas se tornaram intermináveis. E precisaram se reinventar preparando as aulas em outro formato para não perderem o contato com seus alunos e assim tentar pelo menos manter a aprendizagem. Sem contar outros questionamentos, como por exemplo, as dificuldades de aparatos tecnológicos assim tiveram que aprender a utilizar muitas

ferramentas devido à falta de conhecimento. E em alguns casos, docentes tiveram que se endividar, pois não tinham recursos para ministrar as aulas online. E os salários, continuaram da mesma forma, congelados, por assim dizer, sem nenhuma valorização. Claro que essa situação gerou muitas consequências emocionais. A condição física e mental piorou muito em comparação com o período antes da pandemia. Não é difícil encontrar algum docente que não esteja tomando alguma medicação para crises de ansiedade, estresse, depressão, ou pânico. Esses foram apenas alguns desafios enfrentados que evidenciou o quão desonroso se tornou o trabalho docente nesses últimos dois anos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 não foi à primeira, e com certeza não será o último desafio enfrentado pela humanidade. O trabalhador vive com medo do desemprego, e acaba aceitando trabalhar em qualquer condição, se tornando trabalhadores inclusive flexíveis, ou seja, exercendo múltiplas funções. Esse período pandêmico trouxe muitos desafios, e nesse trabalho foi evidenciado principalmente para a profissão docente.

Mas houve também muitos aprendizados, apesar da inserção da tecnologia mais ativamente ter acontecido de maneira tão agressiva, o digital irá continuar a ajudar ou melhorar cada vez mais os serviços oferecidos à comunidade escolar, sempre objetivando uma educação de qualidade. Foram períodos de adaptação, mas uma transformação para acompanhar o progresso tecnológico. É claro que o trabalho docente ainda continua em desonra vista por todos os lados, mas cabe a cada um não deixar essa situação acomodar, e sim sempre buscar melhorias em prol de uma educação de qualidade.

7. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e Precarização Numa Ordem Neoliberal**. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciências Sociales, Buenos Aires, 2000.

ARAÚJO, Marley Rosana; MORAIS, Kátia Regina Santos de. **Precarização do Trabalho e o Processo de Derrocada do Trabalhador**. Cad. Psicol. Soc. Tra. Vol. 20 nº 1 São Paulo jan./ jun. 2017.

COSTA, Éder Dion de Paula; COSTA, José Ricardo Caetano. **A Categoria do Trabalho Como Questão Central na Sociedade Capitalista Atual: Uma Análise do Trabalho à Luz da Teoria Marxista**. Congresso Nacional do CONPEDI/UFPB. 2014, Paraíba.

EUFRÁSIO, Marcelo Alves Pereira. **A Atual Problemática do Trabalhador Frente à Globalização: Desafios e Impasses Para a Afirmação dos Direitos Sociais**. Revista Datavenia, Vol.6, Nº 3- Ed. Especial de 15 anos. Paraíba, 2013.

LEAL, Caroline Maria; RÊGO, Larissa Vieira. **O Trabalho em Tempos de Reestruturação Produtiva**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, Maranhão. Agosto, 2011.

LIMA, Camilla Alves; BARROS, Edgla Maria Costa; AQUINO, Cássio Adriano Braz de. **Flexibilização e Intensificação Laboral: Manifestações da Precarização do Trabalho e Suas Consequências Para o Trabalhador**. Revista Labor, Fortaleza, v. 1, nº 7, p. 102-125, 2012.

